

A REDE CARIOCA DE AGRICULTURA URBANA E O DIREITO À CIDADE: UM PROJETO EM MARCHA¹

Caren Freitas de Lima²

RESUMO

A noção do direito à cidade aqui utilizada é oriunda do livro de mesmo nome do filósofo marxista francês Henri Lefebvre. Para o autor, o direito à cidade é o direito de lutarmos contra a subordinação das nossas vidas ao valor de troca do capital. É um processo em marcha, a luta por novos paradigmas de (re) produção. Contudo, como processo em marcha, cabe frisar, que ele não é fechado. Nesse sentido, quando pensamos nas lutas pelo direito à cidade no Brasil, é preciso atenção às suas especificidades e a absorção crítica dos conceitos elaborados, e, principalmente, atenção aos conflitos territoriais existentes. Em relação à absorção crítica dos conceitos elaborados, deve-se atentar à dinâmica dialética do capital que gera novas áreas de centralidade e seus conflitos. No Rio de Janeiro, o capital esteve coadunado com a ação estatal para expulsar as trabalhadoras e os trabalhadores do centro da cidade no começo do século XX. Deste modo, a dinâmica de expansão do capital foi contínua e consequentemente os processos de expulsão. Já entre as décadas de 1960 e 1970, esse processo ocorreu nos bairros da zona sul, Tijuca e Meier. E nos anos 2000, com a retomada das remoções por parte do Estado, a baixada de Jacarepaguá tornou-se o novo alvo. Nesse contexto, apesar de negligenciada dos debates acerca das lutas urbanas, está a Rede Caur lutando pela visibilização da agricultura urbana e contra a contínua espoliação das trabalhadoras e dos trabalhadores, ensejando novas práticas de (re) produção da vida.

PALAVRAS CHAVE: o direito à cidade, agricultura urbana, Vargens

RESUMEN

El La noción del derecho a la ciudad aquí utilizada es oriunda del libro del mismo nombre del filósofo marxista francés Henri Lefebvre. Para el autor, el derecho a la ciudad es el derecho de luchar contra la subordinación de nuestras vidas al valor de cambio del capital. Es un proceso en marcha, la lucha por nuevos paradigmas de (re) producción. Sin embargo, como proceso en marcha, cabe señalar que no se cierra. En ese sentido, cuando pensamos en las luchas por el derecho a la ciudad en Brasil, se necesita atención a sus especificidades y la absorción crítica de los conceptos elaborados, y, principalmente, atención a los conflictos territoriales existentes. En relación a la absorción crítica de los conceptos elaborados, se debe atentar a la dinámica dialéctica del capital que genera nuevas áreas de centralidad y sus conflictos. En Río de Janeiro, el capital estuvo coadunado con la acción estatal para expulsar a las trabajadoras y los trabajadores del centro de la ciudad a principios del siglo XX. De este modo, la dinámica de expansión del capital fue continua y consecuentemente los procesos de expulsión. Ya entre las décadas de 1960 y 1970, ese proceso ocurrió en los barrios de la zona sur, Tijuca y Meier. Y en los años 2000, con la reanudación de las remociones por parte del Estado, la bajada de Jacarepaguá se convirtió en el nuevo objetivo. En este contexto, a pesar de descuido de los debates sobre las luchas urbanas, está la Red Caur luchando por la visibilización de la agricultura urbana y contra la continua expoliación de las trabajadoras y de los trabajadores, dando nuevas prácticas de (re) producción de la vida.

PALABRAS CLAVE: el derecho a la ciudad, agricultura urbana, Vargens

¹ Artigo elaborado pela pós graduanda Caren Freitas de Lima, orientanda da Doutora Luciana Lago como pré-requisito para a obtenção especialista em Política e Planejamento Urbano pelo IPPUR/UFRJ

² Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Integração Latino Americana, pós-graduanda em Políticas e Planejamento Urbano pelo IPPUR/ UFRJ e mestranda em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural Federal do Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

No livro “O direito à cidade” (1996 [1986]), Lefebvre defende a necessidade de lutarmos contra a subordinação das nossas vidas ao valor de troca do capital. Coraggio (2000), em seu artigo intitulado “Da Economia dos setores populares à economia do trabalho”, demonstra como o atual sistema vem dismantelando a vida dos trabalhadores e a necessidade de um novo projeto em marcha para uma nova (re) produção da vida.

E. P. Thompson, na obra “Peculiaridades dos Ingleses”, enfatiza a importância de analisarmos a (re) produção. Para ele, a produção e a reprodução (base e superestrutura) são conectadas e entrelaçadas, o que tornaria difícil isolar um aspecto e o evidenciar como dominante. Thompson defende que no cotidiano há pistas para a análise da sociedade, e é ali, que enquanto processo, é dado o conflito de classes e a sua luta³.

Lefebvre (1996) acredita que será a partir do cotidiano que surgirá uma nova sociedade, um processo surgido através do convívio de diferentes classes na centralidade e de conflitos e rupturas derivados dessa luta. Deste modo, a luta por uma nova sociedade, o direito à cidade – novos paradigmas de (re) produção – é um processo em marcha. Apesar de ser entendido muitas vezes como o direito das trabalhadoras e dos trabalhadores viverem na centralidade de determinada região é muito mais do que isso, apesar de esta ser uma luta legítima também. E essa análise não é um projeto fechado, reconhecendo a necessidade de absorção crítica dos conceitos envolvidos. Desta forma, busca-se, ainda, uma reflexão acerca das especificidades do Brasil, um país latino-americano de capitalismo dependente⁴.

Nessa perspectiva, quando pensarmos no direito à cidade no Brasil, é preciso uma análise do processo de espoliação das trabalhadoras e dos trabalhadores, bem como os conflitos territoriais existentes e que refletem as disputas cotidianas contra o capital. Na realidade do Rio de Janeiro, a agricultura urbana vem apresentando importante papel contra a expansão da produção imobiliária. Observa-se que o Rio de Janeiro, hoje se configura em uma das cidades mais caras da América Latina (EIU, 2017).

Dito isso, esse artigo problematizará o direito à cidade, bem como apresentará a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede Caur) como movimento contra-hegemônico em marcha. Para isso, o artigo estará dividido em quatro partes. Na primeira parte, será explicitado o processo de expansão do capital e dos conflitos. Na segunda parte, será problematizada

³ Para Thompson (2001), a luta de classes deve ser entendida enquanto um processo e não de maneira estática. “Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real.”

⁴ Ruy Mauro Marini, expoente da Teoria da dependência na América Latina, em sua obra analisa as especificidades do capitalismo dependente.

dinâmica do capital e a da geração de novas centralidades. Na terceira parte, são analisadas as novas centralidades e os conflitos territoriais existentes, elucidando o caso de Vargem Grande. Na quarta parte, a atenção será para o papel da agricultura urbana no Rio de Janeiro, mais especificamente, na região das Vargens, na luta pelo direito à cidade e nas novas práticas de (re) produção da vida. E nas considerações finais, são tecidos alguns comentários sobre o uso e a disputa do solo.

1. A EXPANSÃO DO CAPITAL E OS CONFLITOS: UM PROCESSO CONTÍNUO

Para Lefebvre (1996), o direito à cidade não é apenas o direito de lutarmos pelo acesso aos equipamentos urbanos e à rede de serviços. Apesar de ser importante, o direito à cidade, é, antes de tudo, o direito de disputarmos uma nova sociedade. É o direito de lutarmos contra a subordinação das nossas vidas ao valor de troca do capital. Em seu livro “O direito à cidade”, o autor demonstra como o convívio na centralidade, lugar de atração de todas e todos, culmina em conflitos e rupturas, justificando o afastamento das trabalhadoras e dos trabalhadores do centro de Paris, como uma estratégia da burguesia para frear a democracia urbana impulsionada pelas lutas populares. Esse projeto foi concebido pelas reformas urbanas de Haussman entre 1853 e 1870 (LEFEBVRE, 1996).

No Brasil, esse processo de expulsão das trabalhadoras e dos trabalhadores do centro é bem documentado pela historiografia. Na cidade do Rio de Janeiro, a expulsão das trabalhadoras e dos trabalhadores do centro para as periferias e morros nos arredores nos remete ao começo do século XX. Um processo contínuo do capital que também foi alastrado para outras centralidades, regiões valorizadas da cidade.

No centro do Rio, durante o governo de Pereira Passos (1902-1906), sob uma perspectiva higienista⁵, houve a demolição dos cortiços e abertura das grandes avenidas do centro para construções que abrigariam grandes companhias, bancos, jornais, hotéis, cafés de luxo e repartições públicas (MOURÃO, 1983, p.49).

A construção da avenida Central custa a demolição de cerca de setecentos prédios ocupados pela população proletária, por casas de artífices e pelo pequeno comércio. Por razões de saneamento, são demolidas pela Saúde Pública cerca de seiscentas outras habitações coletivas e setenta casas, que alojavam mais de 14 mil pessoas, afastando do Centro e da zona do porto - que pelo fim do século passado se estendia para além da praça Mauá, de Sacadura Cabral até a Gamboa. A Saúde, onde se concentrava grande parte da colônia baiana, integrados os homens como estivadores no porto, seria

⁵ Apesar do saber médico ter impulsionado as reformas de Pereira Passos (engenheiro), foi apenas atrelado ao saber técnico da engenharia, que a remodelação urbana no Rio de Janeiro foi materializada entre 1903-1906 (ABREU, 1996, p.174).

também afetada pelas reformas, fazendo com que muitos juntamente com seus novos parceiros arrebanhados pela situação comum, fossem procurar moradia pelas ruas da Cidade Novo, além do Campo de Santana, ou para os subúrbios e, logo depois, nos morros em torno do Centro. (MOURÃO, 1983, p.54 e 55)

A maioria das trabalhadoras e dos trabalhadores que foram expulsos do centro não teve a proteção do Estado, com exceção de algumas intervenções pontuais⁶. Deste modo, passaram a procurar moradias na região da Cidade Nova e do Campo de Santana, além dos subúrbios e dos morros no entorno do centro (MOURÃO, 1983, p.55).

Na década de 1930, sob o governo Vargas, há uma mudança na atuação do Estado na produção de moradias. Em 1937, são criadas as carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), e, no Governo Dutra, é criada a instituição da Fundação Casa Popular em 1945. Contudo, apesar da atuação do Estado na produção de moradias, o processo segregador do espaço não foi modificado. Houve, gradativamente, a opção de investirem quase que exclusivamente em moradias para a classe média nas regiões consolidadas.

Na segunda metade do século XX, a atuação do Estado na produção de moradias mudou qualitativamente e quantitativamente. Em 1964, durante a ditadura civil-militar, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH). Nesse período, com centralização política e administrativa do Estado, o BNH construiu moradias para a classe média nas regiões consolidadas, enquanto que para os trabalhadores manuais e não especializados, a periferia urbana foi consolidada como espaço de reprodução social (CARDOSO & LAGO, 2010). E agravando esse processo, houve o aumento das remoções das favelas e comunidades em áreas consolidadas, sendo 70% da zona sul, Tijuca e no Meier, áreas de valorização do capital.

Na década de 1980 e 1990, em meio ao processo de redemocratização do país e de crise econômica, ocorreu o fim do BNH e o declínio da política do Estado na produção de moradias e de remoções⁷. Por outro lado, houve o surgimento e/ou adensamento das favelas nas regiões centrais e na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro (CARDOSO & LAGO, 2010).

Nos anos 2000, há uma retomada da ação do Estado tanto na produção de moradias, como

⁶ É o caso da construção do provavelmente primeiro grupo de moradias construídas pelo poder público no Brasil: 120 unidades habitacionais na Avenida Salvador de Sá, no Rio de Janeiro, em 1906, pela prefeitura do distrito federal, que se via fortemente pressionada pela crise habitacional gerada ou ainda pela construção, pelo governo federal, da Vila Proletária Marechal Hermes. A Origem da Produção Estatal da Habitação Social (BODUKI, 1994, p.714)

⁷ Houve uma estagnação da política de remoções por parte do Estado, mas ela não cessou. E dentre umas das remoções citadas pelo autor está a da Via Parque que deu lugar a um parque as margens da Lagoa da Tijuca e da Vila Marapendi. Ambas removidas em 1994, ainda no primeiro mandato de Cezar Maria (BRUM, 2013).

na política de remoção. Em 2009, com o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) atrelado às remoções por conta dos megaeventos, ocorreu a consolidação da periferia como local de moradia para os trabalhadores manuais e não especializados⁸.

No Rio de Janeiro, a Área de Planejamento 5 (AP5)⁹ é a região que mais concentra as intervenções do Programa MCMV para faixas de renda de até seis salários mínimos. Cabe frisar, como bem demonstrou Cardoso (2011), que a AP5 apresenta os piores índices de infraestrutura, mobilidade urbana e oferta de emprego. Essa consolidação da periferia como local de moradia é determinado pela dinâmica da produção imobiliária que busca aumentar seu lucro através da busca de terrenos mais baratos. E, nessa busca por maiores lucros, as intervenções do Programa MCMV na AP5 são ao longo da Avenida Brasil, longe das centralidades dos bairros e/ou das áreas mais valorizadas da região .

Em relação à AP5, cabe destacar a realidade contrastante em alguns bairros. Campo Grande é um dos maiores exemplos. Apesar de possuir intervenções do Programa MCMV, elas são em regiões periféricas do próprio bairro, sendo as áreas mais valorizadas para o mercado, aumentando a segregação sócioespacial (OLIVEIRA & LIMA, 2017).

Por outro lado, ainda nos anos 2000, em se tratando de Barra da Tijuca, Botafogo, Tijuca e Lagoa houve a perpetuação da elitização existente¹⁰ (CARDOSO & LAGO, 2015). Enquanto na região central do Rio de Janeiro, apesar da elitização do espaço ainda não ser verificada na região portuária¹¹, o processo elitizante da operação urbana consorciada é desvelado tanto pelo desenho institucional do projeto quanto pelos impactos, como as remoções nos últimos cinco anos¹² (MONTEIRO, 2015, p.12).

No caso da Barra da Tijuca, cabe frisar o espraiamento da elitização do bairro para as regiões adjacentes. Nesse processo, a remoção da Vila Autódromo tornou-se emblemática. Surgida a partir de uma vila de pescadores e sendo ampliada pelos trabalhadores ligados à construção civil na década de 1970, a comunidade foi removida por conta do interesse do

⁸ Para a FGV (2010), uma família é considerada de classe média (classe C) quando tem renda mensal entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591. Contudo, é preciso ter uma análise crítica dessa nova classe média. A leitura de LUCE (2013) sobre a “nova classe média” é importante para subsidiar o debate.

⁹ As Aps são áreas de planejamento das Regiões Administrativas, conhecidas por “RA”. Atualmente, o município conta com cinco Áreas de Planejamento, 33 Regiões Administrativas e 160 Bairros. A AP5 é composta por cinco Regiões Administrativas, conforme segue: Bangu (RA XVII), Realengo (RA XXXIII), Campo Grande (RA XXVIII), Guaratiba (RA XXVI) e Santa Cruz (RA XIX).

¹⁰ A elitização se deve em boa parte a saída de categorias médias e de comércio e serviços (no caso de Botafogo e Copacabana, especialmente trabalhadores domésticos), em função da valorização imobiliária (ADALTO e LAGO 2015)

¹¹ Observações revelaram que, até o momento, a transformação do perfil socioeconômico da região ocorre pela substituição de moradores com baixíssimos rendimentos – despejados dos imóveis encortçados alvo de reabilitação – por outros de baixa renda – que futuramente ocuparão os novos imóveis financiados pelo programa MCMV destinados a famílias com renda entre 0 e 6 salários mínimos (MONTEIRO, 2015).

¹²

capital coadunado aos megaeventos, a saber, a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas em 2016 (BRUM, 2013). A intensificação da produção imobiliária para a região das Vargens é feita através da implementação do Plano de Estruturação Urbana (PEU) de Vargem Grande e visa intensificar a produção imobiliária na região e a elitização existente com os condomínios clubes (CARDEMAN, 2014).

Após esse percurso histórico da expulsão das trabalhadoras e dos trabalhadores do centro do Rio de Janeiro, podemos averiguar que esse processo ocorreu de acordo com políticas do Estado capitalista dependente brasileiro atrelado à produção imobiliária. Um processo contínuo que não se limitou ao centro da cidade do Rio de Janeiro, impactando também outras regiões consolidadas¹³. Em um primeiro momento, ocorreu a valorização do centro da cidade, e a expulsão das trabalhadoras e dos trabalhadores dessa região. A partir da dinâmica do capital, houve a expansão para outras regiões e a continuidade dessas remoções, como na zona sul, Tijuca e Meier entre a década de 1960 e 1970, ocorrendo 70% das remoções nesses bairros (RIBEIRO & LAGO, 2001). Nos anos 2000, com a retomada das remoções, as favelas e assentamentos precários da Baixada de Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Recreio tornaram-se alvo (BRUM, 2013)

Diante disso, com a explosão e implosão da cidade e dos conflitos, precisamos refletir sobre algumas questões necessárias para análise: é apenas no centro que se dará essa disputa, ou será que o conflito é presente em novas áreas de expansão do capital? A análise deve ser dinâmica e dialética incorporando as novas centralidades, locais de disputas, que o capital gera? Acreditamos aqui que onde há conflito contra o capital há a disputa por uma nova sociedade, o direito à cidade.

2. DIREITO À CIDADE E O CONFLITO

De acordo com Lefebvre (1996: p.23), um dos sentidos da Comuna de Paris (1871) foi o forçoso retorno para o centro urbano dos operários relegados para os subúrbios e periferias. Para ele, essa expulsão foi uma estratégia da burguesia com o intuito de apartar as trabalhadoras e os trabalhadores da centralidade, do convívio urbano.

A cidade capitalista criou o centro do consumo. A produção industrial não constituiu uma **centralidade** própria, salvo nos casos privilegiados – se pode dizer – da empresa importante em torno da qual edificou-se uma cidade operária. Já é bem conhecido o duplo caráter da centralidade capitalista: lugar de consumo e consumo de lugar. Os comércios se densificam no **centro**, que atrai os comércios raros, os produtos e gêneros de luxo [...] o aglomerado dos objetos nas lojas, vitrines, mostras, torna-se razão e pretexto

¹³ David Harvey (2005) no livro a produção capitalista do espaço, na tentativa de teorizar o espaço sob a perspectiva marxista, explica como o Estado coaduna com o processo de reprodução do capital.

para a reunião das pessoas; elas veem, olham, falam, falam-se [...] (LEFEBVRE, 1996, p.130) **[grifo meu]**.

Essa estratégia da burguesia seria para evitar o conflito e as rupturas que o cotidiano nas centralidades e a reunião de pessoas de distintas classes poderiam ocasionar. Contudo, uma pergunta é necessária a partir desta ideia: o que seria centro e centralidade? Seriam conceitos similares? A resposta é não. Apesar de confluírem em muitos casos, como neste, distingui-los é essencial para a análise. Inclusive, por conta das interpretações e usos inadequados dos termos sem um acúmulo crítico. Conceitos como centro histórico, centro expandido e centralidade, por exemplo, são utilizados, muitas vezes, com mesma funcionalidade, apesar de refletirem processos distintos (TOURINHO, 2007).

De acordo com Corrêa, os processos sociais permitiriam localizações e re-localizações das atividades e da população na cidade através de agentes modeladores. Dentre esses processos sociais e suas respectivas formas, temos a centralização e o centro; a descentralização e os núcleos secundários. É importante enfatizar que esses processos não são excludentes entre si, podendo ocorrer simultaneamente na mesma cidade e/ou no mesmo bairro (CORRÊA, 1993, p).

Em relação ao processo de centralização, Corrêa (1993) resgata o processo histórico e econômico que a Revolução Industrial engendrou no Brasil. Ela modificou qualitativamente e quantitativamente os fluxos de capitais, mercadorias e pessoas entre a cidade e o mercado internacional. Dentro desse contexto, no Rio de Janeiro, no período que se estende da segunda metade do século XIX até meados do século XX, houve a concentração de transportes através de trens e bondes perto do terminal marítimo da cidade. Essa concentração de transportes e serviços atraiu indústrias, escritórios e depósitos, criando mercado de trabalho e fazendo com que a área se tornasse, além de foco de transportes inter-regionais, também de transportes intra-urbanos, que a partir da segunda metade do século XIX foram largamente ampliados.

Esse processo de concentração constituiu a área central do Rio de Janeiro. Contudo, com o crescimento da cidade, o aumento demográfico da população, a introdução de novas técnicas produtivas, a expansão da malha ferroviária e a implantação dos transportes flexíveis, como o ônibus, caminhão e automóvel, inicia-se a descentralização da área central da cidade do Rio de Janeiro no começo do século XX.

De acordo com Corrêa (1993), entre 1850 e 1900, várias indústrias têxteis foram implantadas em áreas mais ou menos periféricas na época, como Laranjeiras, Tijuca, Andaraí e podemos incluir também a fábrica no bairro de Bangu. Essa descentralização econômica do

Rio de Janeiro, fruto do início da industrialização brasileira¹⁴, ocorreu através da migração de atividades que sem a possibilidade de pagar pela terra na área central, deslocavam-se para outras regiões da cidade. A instalação da malha ferroviária Estrada de Ferro Dom Pedro II, que depois da proclamação da República se chamaria Estrada de Ferro Central, é um dos fatores induzidos que depois passariam a aprofundar esse processo (BRASIL, 1852)¹⁵.

De acordo com Oliveira (2014), mesmo com a descentralização de determinadas atividades, a periferia da cidade, sobretudo a zona oeste, permaneceria com características rurais até a década de 1970¹⁶. Entretanto, com a crise do padrão de acumulação fordista, e com a ascensão do padrão de acumulação flexível na década de 1970 (HARVEY, 1989), o espaço tornou-se fundamental para tentar viabilizar a reprodução do capital e postergar as crises de sobreacumulação. Essa mudança do padrão de acumulação que no Brasil seu deu na década de 1980, reverberou no espaço urbano, principalmente, para a zona oeste do Rio de Janeiro, fronteira de expansão do capital na cidade.

Nesse período, durante o governo de Negrão Lima (1965-1971), o Plano Lúcio Costa consolidou a Barra da Tijuca como fronteira da Zona Sul. Na década de 1980, apesar das fontes de investimentos serem escassas por conta da crise econômica, a produção imobiliária sofreu uma explosão nessa área. Grandes condomínios, parques, supermercados, shopping centers e outros empreendimentos foram construídos ao longo das avenidas. Cabe destacar a sanção do Decreto n. 3.046, de 27 de abril de 1981, que revogou o Decreto n.324/76 e criou novas regras de zoneamento, parcelamento e edificações. Mudanças que impactaram o uso e o parcelamento do solo por conta do gabarito e outras alterações do plano original (FERNANDES, 2013).

Na década de 1990, o processo de oligopolização da produção imobiliária se intensificou na região da Barra da Tijuca. Nesse contexto neoliberal, dos planos estratégicos, há intensificação da produção imobiliária nos bairros adjacentes da Barra da Tijuca por conta da

14 No que se refere à composição do produto industrial, os setores têxtil e de produtos alimentares predominaram amplamente na fase inicial do desenvolvimento da indústria: no Censo Industrial de 1920, esses dois gêneros eram responsáveis por quase 60% do calor adicionado na indústria de transformação. Contudo, é apenas a partir de 1930, com a atuação direta do Estado na economia que há uma diversificação na produção industrial. VERSIANI e SUZIGAN (1990).

15 De acordo com SANTOS (2011), As linhas de trem intensificaram a descentralização das atividades econômicas, contudo, é importante enfatizar que já eram uma demanda dos moradores naquela época, inclusive, destacando a presença de moradores ditos nobres como Mal Câmara, Argolo e Cantuária, Generaes Campos, Lauro Muller, Barão Sampaio Vianna, Catrambi etc.” ou seja, não se tratava de uma “população qualquer”, eram pessoas de certa “posição”, que exigiam um tratamento compatível ao que seus iguais recebiam nas “zonas nobres”.

16 A Zona Rural do Rio de Janeiro era formada até meados do século XX pelas freguesias (depois distritos) de Jacarepaguá, Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz. A partir da década de 1930 a região passaria a ser chamado de Sertão Carioca (SANTOS, 2011, p.117).

falta de terrenos nesse bairro.

Nos anos 2000, em um cenário externo favorável, de grande liquidez internacional, diminuição das taxas internacionais de juros, crescimento da economia mundial, há o crescimento da produção imobiliária na região. De acordo com a Secretária Municipal de Urbanismo do Rio de Janeiro, as regionais da Barra da Tijuca e Jacarepaguá foram as que mais cresceram nesse período. Esse crescimento levou a atração de pessoas e de capital para a região, constituindo uma importante centralidade para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (IETS, 2016).

A atração de capital gerou o espraiamento desse processo para a região das Vargens. Isto ocorreu devido à disposição de vastos espaços livres privados na região de Vargens. Grande parte destas áreas era remanescente de atividades agropastoris e com poucos proprietários, o que facilitou a negociação para as grandes construtoras. Nesse cenário, foi articulado e implementado o PEU das Vargens¹⁷, a lei complementar nº 104/2009 (CADERMAN, 2014).

Na primeira imagem abaixo, podemos ver a localização de Vargem Grande, região de expansão da produção imobiliária e ao mesmo tempo de resistência da agricultura urbana. E na segunda, como esse processo vem modificando o território.

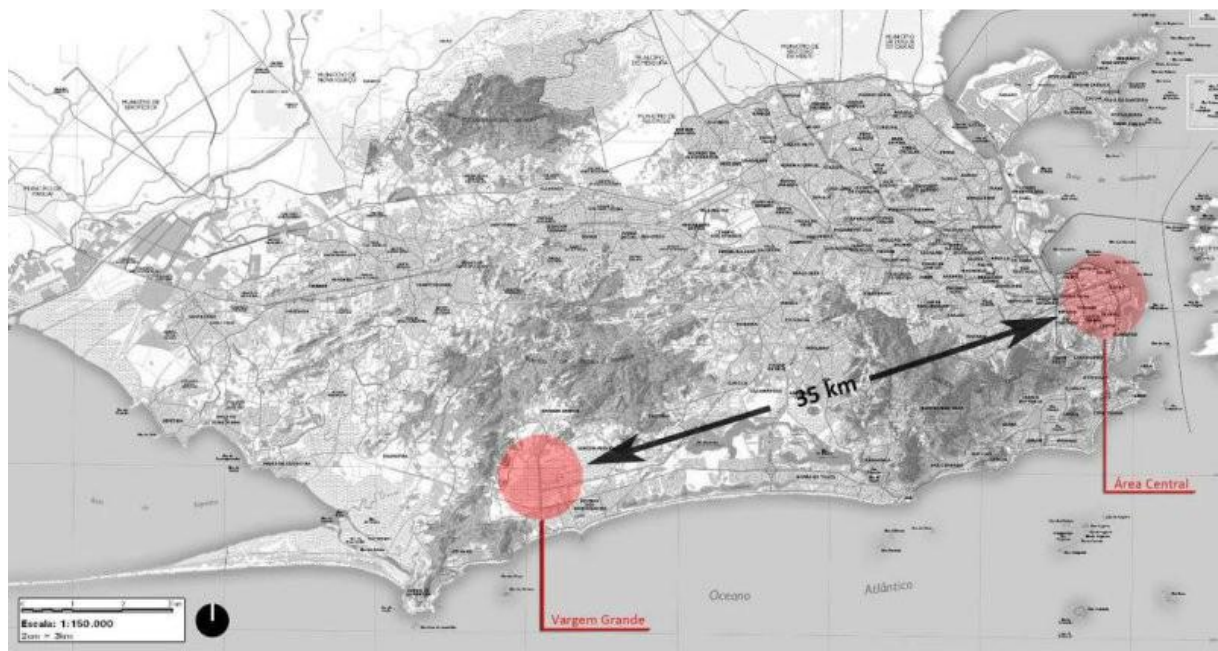
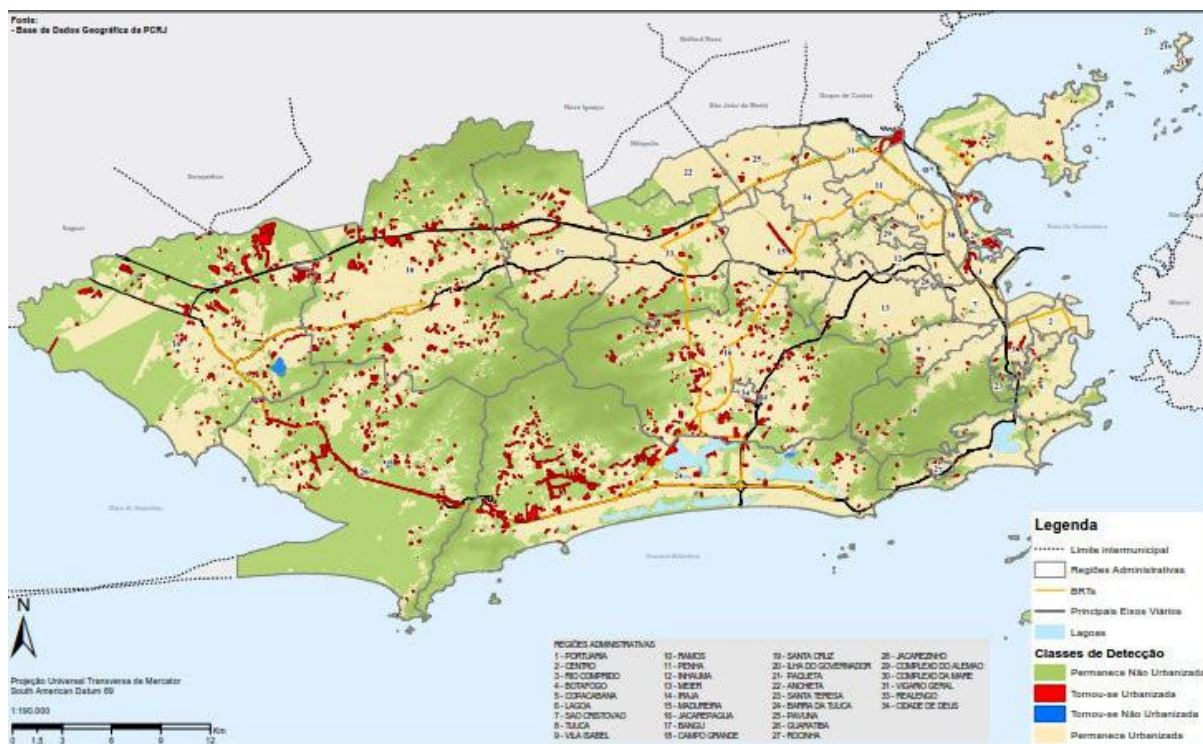


Imagem 1: Mapa do município do Rio de Janeiro e a localização da região do centro e do bairro de Vargem Grande

Fonte: Caderman, 2014

¹⁷ O PEU (Plano de Estruturação Urbana) de Vargem Grande através da lei complementar 104/2009 criava as condições com parâmetros urbanísticos mais atraentes ao mercado imobiliário (MAGALHÃES, 2013; GAWRYSZEWSKI, 2013; CADERMAN, 2014). E, apesar das lutas pelo plano popular das Vargens que culminou com os decretos nº 37958 de 4 de novembro de 2013 e do decreto nº38647 de 5 de maio de 2014, as novas licenças de construção tenham sido suspensas em 2013, o decreto não cancelou os processos já licenciados ou aqueles em processo de análise (CADERMAN, 2014).



Detecção de mudanças entre áreas urbanizadas e áreas não urbanizadas na Cidade do Rio de Janeiro - 2009/2012
Fonte: Base de dados geográficos da PCRJ, 2017

O PEU das Vargens foi uma política do Estado que visou garantir as condições favoráveis para a reprodução do capital na região. Em relação aos objetivos do PEU, podemos mencionar o aumento da produção imobiliária na área e, como bem demonstrado por Rogério Caderman (2014), um adensamento em uma região ambientalmente frágil.

Em relação à atuação do Estado, temos também o projeto da Operação Consorciada (OUC) das Vargens. Este Consórcio foi formado pelas construtoras Odebrecht e Queiroz Galvão, com a pretensão de atuar na mobilidade, sustentabilidade, infraestrutura, segurança e espaços públicos da região. O Consórcio atuaria nos moldes do Porto Maravilha com os certificados de potencial adicional de construção (CEPACS). As construtoras que adquirissem os CEPACS, para aumentar o índice de gabarito, seriam obrigadas a executar os investimentos em infraestrutura (ALTINO, 2017).

Nesse cenário de atuação do Estado e do capital na região das Vargens, cabe destacar o conflito existente na região, onde a agricultura urbana é ameaçada pela expansão do capital. E nesse conflito está a disputa por terras, águas e as práticas de (re) produção da vida.

3. A REDE DE AGRICULTURA URBANA E O DIREITO À CIDADE: UM PROJETO EM MARCHA

Atualmente, a agricultura urbana é negligenciada nos debates acadêmicos sobre as lutas urbanas, principalmente, quando é discutido o direito à cidade. Um dos motivos dessa negligência é a compreensão setORIZADA do tema, que atrela a agricultura exclusivamente ao rural. Para muitos acadêmicos, inclusive Lefebvre (1996), é no urbano que haverá a revolução, compreendendo a tendência de desaparecimento do rural pelo processo de urbanização.

Contudo, há controvérsias acerca da tese de Lefebvre (1996). Veiga (2007) ao analisar os países centrais defendeu que a ruralidade não desapareceu, nem renasceu, mas houve o surgimento de uma nova ruralidade. Partindo dessa análise, o autor reflete sobre a situação específica do capitalismo dependente brasileiro, considerando o Decreto-lei 311/38 que assimila toda a sede de município como urbano. Para Veiga, o Brasil é mais rural do que se pensa (2007).

Nessa perspectiva, alguns destaques são importantes: o primeiro em relação à superação necessária da compreensão dicotômica entre o rural e o urbano, contudo, sem ignorar as contradições existentes entre o urbano e o rural. O segundo sobre o processo de urbanização, que apesar de avassalador para o espaço encontrou obstáculos tanto favoravelmente ao capital, como também de resistência. E um terceiro destaque é em relação ao novo rural, que apesar de uma relação histórica tem especificidades oriundas de uma nova conjuntura.

Partindo dessas ponderações, podemos falar da agricultura urbana na região das Vargens no Rio de Janeiro. Pois, a agricultura urbana, que se mostrou como resistência na região, vem se contrapondo à produção imobiliária em uma das cidades mais caras da América Latina, como demonstrou a pesquisa do Economist Intelligence Unit (2017).

Na região das Vargens, a expansão da produção imobiliária e o aumento do parcelamento do solo levaram à necessidade do fortalecimento dos movimentos coletivos e de trabalhadores que lutam e vivem da agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro. Neste contexto, a Rede Carioca de Agricultura Urbana tem papel essencial para a luta.

Apesar da importância da agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro, há poucos trabalhos acadêmicos sobre o tema, dada a negligência comentada anteriormente. E são poucos também aqueles que conhecem e sabem dos conflitos existentes na luta pela agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro. Essa invisibilidade é resultado de um longo processo de disputas pelo poder para definir usos nos espaços da cidade (FERNANDEZ, 2014).

Fala-se muito do direito à cidade abarcando o centro do Rio de Janeiro e seus conflitos. Fala-se pouco da luta pelo direito à cidade como projeto de disputa em marcha em outras

centralidades da cidade e os conflitos decorrentes na luta contra o capital. Nesse cenário de não-debate são invisibilizadas mais de 200 experiências como as hortas escolares, comunitárias, institucionais, hortos ou agroflorestas, quintais urbanos, grupos de assessoria, iniciativas de consumo (feiras ecológicas, grupos de consumidores, atividades culinárias) e comunidades de agricultoras e agricultores familiares (MASELLI, 2015).

Dentro desse contexto, o Estado em suas três esferas atua diretamente na invisibilização. Isso ocorre, pois, apesar de algumas políticas públicas conquistadas pelos movimentos sociais no âmbito federal, há ainda muitos obstáculos enfrentados pelas agricultoras e agricultores urbanos, quilombolas e moradores de diversas regiões da cidade do Rio de Janeiro. Esses grupos lutam pela visibilização da agricultura urbana na cidade, com suas especificidades e com a emergência de novos valores e paradigmas.

Em relação às conquistas no âmbito das políticas públicas, mesmo que insuficientes, podemos citar alguns programas das três gerações de políticas públicas para a agricultura: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (GRISA & SCHNEIDER, 2015).

Contudo, em relação à agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro e suas especificidades, há entraves que as agricultoras e os agricultores urbanos não conseguem superar. A ausência das políticas públicas ou obstáculos colocados pelo Estado se colocam como uma prática atrelada ao capital que vê na agricultura urbana um obstáculo a sua expansão no espaço.

4. REDE CAUR E O DIREITO À CIDADE: NOVAS PRÁTICAS DE (RE)PRODUÇÃO DA VIDA

Nesse contexto de invisibilização da agricultura urbana, em 2009 foi criada a Rede Carioca de Agricultura Urbana (CAUR), movimento social criado no II Encontro de Agricultura e Saúde na Cidade. No encontro, agricultoras, agricultores, agentes de saúde e outros participantes se organizaram com o intuito de fortalecer e visibilizar a luta pela agricultura na cidade. O II Encontro de Agricultura e Saúde na Cidade culminou com a criação da Rede CAUR, gestada pelo PROFITO, um programa/coletivo da Plataforma Agroecológica de Fitomedicamentos (PAF) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e do Instituto Multidisciplinar de Três Rios. Essas instâncias junto com agricultoras e agricultores

urbanos do Maciço da Pedra Branca¹⁸ mobilizaram uma rede que integrasse as organizações, instituições, associações e trabalhadoras e trabalhadores ligados à luta pela agricultura na cidade (BAPTISTA et al, 2012).

O PROFITO surgiu no âmbito da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares do SUS, e da Política e do Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos. Ambas são políticas públicas do governo federal e foram criadas com o intuito de promover a implementação de plantas medicinais e de fitoterápicos para auxiliar e fortalecer o seu uso no âmbito do SUS¹⁹ (BAPTISTA et al, 2012).

Com base nesse programa/coletivo, houve um processo de aproximação e associação de organizações, instituições e de trabalhadoras e trabalhadores ligados à luta pela agricultura urbana. Dentre os movimentos, instituições e associações que se aproximaram desse projeto estão: a ASPTA – agricultura familiar e agroecologia, UNIVERDE (Cooperativa de Agricultura Familiar de Produtos Orgânicos), COPAGÉ (Cooperativa dos Produtores de Magé) e AGROPRATA (Associação de Agricultores Orgânicos do Rio da Prata) sendo essa última a associação das agricultoras e agricultores do Rio da Prata, associação gestada a partir desse processo.

Hoje em dia, a Rede CAUR conta com mais de trinta organizações, instituições, associações e aproximadamente cento e cinquenta integrantes, cuja maioria é de mulheres (MONTESANO, 2017). A rede visa visibilizar a agricultura urbana sob o enfoque agroecológico na cidade fomentando outras práticas de (re) produção.

Atualmente, a Rede CAUR atua em diversos territórios da cidade do Rio de Janeiro, como na Serra da Misericórdia, Rio da Prata de Campo Grande e outros territórios da cidade, provocando conflitos em todos eles. Entretanto, como a produção imobiliária vem crescendo intensamente nas regiões das Vargens, a atuação da Rede CAUR também tem se reforçado na região junto às agricultoras e agricultores da região.

A Rede fomenta as feiras agroecológicas na região, como a Feira da Roça, bem como promovendo o fortalecimento das agricultoras e dos agricultores da região. A articulação do Plano Popular das Vargens²⁰ também é um dos instrumentos de luta da Rede.

18 O maciço da Pedra Branca está dentro do parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) criado através da lei estadual nº 2.377 de 28/06/1974. Estende-se por 12.500 ha (125km²) fazendo limite com vários bairros da Baixada de Jacarepaguá (Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim e Taquara) e da Zona Oeste (Jardim Sulacap, Realengo, Bangu, Senador Câmara, Senador Vasconcelos, Campo Grande, Guaratiba, e Barra de Guaratiba). No Parque, está situado o ponto culminante do município do Rio de Janeiro, o Pico da Pedra Branca. (VALLEJO et al, 2009).

19 Esse projeto foi criado a partir da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, a Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos e o Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos (PNPMF) (BRASIL,2006;2007).

20 A articulação Plano Popular das Vargens é a luta de moradores, militantes da região e externo por um plano

Em relação ao fomento da feira agroecológica, cabe uma análise da sua (re) produção. A produção ocorre nos quintais das unidades domésticas²¹, isenta de qualquer tipo de agrotóxico. No consumo, a prática da Rede CAUR também é contra-hegemônica, fomentando um processo desalienador acerca daquilo que é consumido dada a relação entre a produção e os consumidores e o conhecimento acerca do processo envolvido. Já na distribuição, o movimento prioriza as feiras, sendo um dos mecanismos de relação direta entre agricultoras e agricultores urbanos e outras trabalhadoras e trabalhadores.

Sobre as feiras, cabe ressaltar a Soberania Alimentar e Nutricional (SAN), pilar da Rede CAUR, que não pode ser compreendido isoladamente. Ele está atrelado à garantia da identidade e respeito às agricultoras e aos agricultores, à agroecologia, à tradição e bem viver, à sociobiodiversidade, à descentralização, à valorização dos territórios das experiências, à prática da economia solidária, ao direito à cidade, ao protagonismo das mulheres, ao direito das crianças, adolescentes e jovens e à participação popular na política (REDE CAUR, 2014).

Ainda em relação às feiras, há a prática da economia solidária. Uma rede de aprendizado, encontros, grupos de trabalho e outras atividades que visam o fortalecimento da rede e da luta agroecológica. Existem dinâmicas fixas de atividades como: intercâmbios de quintais, sistema participativo de garantias da conformidade orgânica (que faz a certificação orgânica dos produtos), participações e incidências políticas, como o CONSEA RIO/Mosaicos Cariocas/ Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, além de participações em outras articulações, como a Articulação Agroecológica do Estado do Rio de Janeiro (AARJ), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e o diálogo com outros movimentos sociais, como o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) (MONTESANO, 2017).

Através dessa articulação, a rede CAUR garante a comercialização de forma solidária e justa, pois a economia dos setores populares não é caracterizada por uma “empresa capitalista pequenina ou ineficiente”, sua intenção não é acumular, mas sim melhorar a qualidade de vida (CORAGGIO, 2000). Nessa perspectiva, há o entendimento de que o processo envolve pessoas, suas produções, a natureza e, por isso, a Rede CAUR defende que o alimento possua um preço justo, sem transgenia, veneno, e/ou seja fruto de trabalho escravo e/ou trabalho infantil. Também não pode vir de quem pratica violência contra mulher.

Essa rede construída de forma a fomentar a luta de uma nova sociedade na prática. Lenin trata da potencialidade da cooperação e de como o cooperativismo, por exemplo, estaria muito

popular que tenha em conta a vulnerabilidade social da região e contra as remoções, a privatização do território.
21 A fim de que se possa analisar e reconstruir conceitualmente este mundo da economia popular [...] é muito importante advertir que a unidade de análise econômica que se deve tomar não deve ser nem a do indivíduo que trabalha por conta própria, nem, tampouco, a da microempresa (CORAGGIO, 2000).

alguém das suas possibilidades:

E nisto reside, uma vez mais, o principal. Uma coisa é fantasiar sobre toda a espécie de associações operárias para a construção do socialismo e outra é aprender na prática a construir esse socialismo, de tal modo que cada pequeno camponês possa participar nessa construção. Já alcançávamos agora esse degrau. E é indubitável que, tendo-o alcançado, o aproveitamos muitíssimo pouco. (1986 [1923])

Ainda em relação à comercialização, há a relação direta entre os produtores e consumidores que prioriza o contato e o afeto. Os produtores de Vargem Grande comercializam seus produtos em bairros próximos, como Gardênia Azul, Praça Seca, Taquara e Vicente de Carvalho. Além disso, a associação tem um ponto de venda no bairro onde dois agricultores revezam em dias alternados em frente à Associação de Moradores de Vargem Grande. Os produtos comercializados pelos agricultores de Vargem Grande são em maioria: banana, aipim, batata-doce, além de outras frutas e olerícolas (PRADO, 2012, p.63).

Essas práticas da Rede CAUR a diferenciam de produtores, instituições e/ou organizações mercadológicas “verdes”, “sustentáveis”, que apesar de não usarem agrotóxicos, não quebram os paradigmas da atual sociedade capitalista, sendo apenas produtores orgânicos não inseridos em um projeto em marcha de disputa (CAPORAL e AZEVEDO, 2011).

Em relação à articulação do Plano Popular das Vargens, podemos destacar a luta pela terra e pela água, que se configura em uma luta territorial em contraposição ao plano hierárquico da prefeitura do Rio de Janeiro interligado ao projeto das “Vargens Maravilha” (ALTINO, 2016).

Nessa luta, há a defesa de uma nova sóciobiodiversidade e um novo metabolismo social com a natureza. Nesse aspecto, a Rede CAUR frisa a luta contra a produção imobiliária na região que aumenta o parcelamento do solo e a produção imobiliária em áreas alagadiças, nos brejos da região e no Parque Estadual do Maciço da Pedra Branca, quer dizer, uma região ambientalmente frágil (CADERMAN, 2014).

Nesse processo de luta, os espaços de decisão são resignificados. A valorização da autogestão e a resignificação do que é centro e periferia explicitam que a periferia, composta por quilombo, sertão, serra, favela, subúrbio, ocupações, mangues e mares, deve protagonizar as decisões que os afetam diretamente e indiretamente. Essa lógica, priorizando o rodízio, se contrapõe à lógica dominante, segregadora e estática que estabelece o centro como único espaço legítimo de decisão. O rodízio é importante pelo formato da rede, e se apresenta de forma não estática, priorizando os territórios e os conflitos existentes. (Rede CAUR, 2014; ARTICULAÇÃO POPULAR VARGEM, 2017).

A atuação das mulheres é outro exemplo importante, pois elas conseguem agregar

pessoas, serem as guardiãs das sementes, produzirem mudas, fomentar a participação das crianças e jovens. No Bosque dos Caboclos, uma ocupação urbana em Campo Grande, as agricultoras urbanas junto à juventude local, partem do projeto do CRAS Cecília Meireles e promovem o debate crítico acerca da agroecologia, fomentando espaços para a práxis política dos jovens. Através das atuações desses jovens esse grupo logrou uma horta comunitária. Outro logro dessa prática, é que há jovens do Bosque dos Caboclos que atualmente fazem parte do Conselho de Juventude, difundindo experiências e práticas.

As práticas contra-hegemônicas de (re) produção da vida são motes da Rede CAUR, mesmo com a invisibilização e dificuldades perpetradas pelo Estado. É importante enfatizar que mesmo dentro desse contexto há o entendimento de que quem consome são os trabalhadores. Deste modo, mostra-se relevante a sua reprodução frente à queda cada vez maior da sua renda. Na feira de Vargem Grande, por exemplo, em 2017, é possível comprar banana agroecológica por um valor bem abaixo de um mercado orgânico, preço viabilizado pela relação direta entre os compradores e as agricultoras e os agricultores urbanos.

Contudo, apesar do fortalecimento da Rede CAUR nos últimos anos, o movimento enfrenta muitos desafios e conflitos. Um deles é a dificuldade de obtenção da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar). A EMATER-RJ, instituição que emite este documento na região, alega tanto a falta de técnicos como o fato de os agricultores estarem em área urbana e terem também renda oriunda de atividades não agrícolas (MASELI, 2015, p.31). O fato de alguns produtores estarem dentro do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) acentua esse conflito. A instituição do parque em 1974 foi posterior à presença das agricultoras e dos agricultores na região. No entanto, medidas cerceadoras vêm expulsando-os, como a não permissão da ampliação de qualquer cômodo da casa, por exemplo, ou mesmo a construção de uma nova moradia, mesmo com o crescimento da família. Uma visão conservacionista que reforça o ser humano como o dominador da natureza e não como parte dela e com possibilidade de potencializar novas relações (CAPORAL e AZEVEDO, 2011).

A falta da DAP inviabiliza o acesso às 15 políticas públicas do governo federal. No âmbito da assistência técnica e extensão rural, a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). No âmbito da produção, o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) e a Garantia-Safra. No âmbito da comercialização da produção, o Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentos Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Proteção e Uso do Biodiesel (PNPB). E, no âmbito dos direitos e benefícios sociais, a previdência social especial, a aposentadoria Rural (FUNRURAL), O auxílio

emergencial financeiro, o Programa Minha Casa Minha Vida Rural, o Plano Brasil Sem Miséria - Rota da inclusão Produtiva Rural, as cotas em escolas profissionalizantes (CEFET) e o PRONATEC Campo (MDA, 2013).

E, em relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a falta da DAP inviabiliza a venda dos produtos para o Estado. E a não participação nesse programa dificulta a venda de alimentos de qualidades para as escolas através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), prejudicando tanto agricultoras e agricultores quanto a alimentação de qualidade nas escolas. Uma demonstração dessa dificuldade ocorreu em 2015, quando Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) orientou a prefeitura a realizar compras apenas através de DAPs jurídicas, excluindo os agricultores individuais (MASELI, 2015,p.31).

Pode-se perceber que a falta da DAP invisibiliza as agricultoras e agricultores urbanos do Rio de Janeiro, excluindo-os de benefícios como a aposentadoria rural, o auxílio emergencial financeiro, dentre outras políticas públicas importantíssimas.

E, para agravar essa situação, em 2016, houve a exclusão do Ministério de Desenvolvimento Agrário durante o governo Michael Temer. O novo governo criou o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário que fundiu o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. E se antes havia maior margem de luta junto ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, agora, com a mudança de governo e da composição do Ministério, a obtenção da DAP através da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrária (SEAD) ficou mais difícil (BRASIL, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pelo direito à cidade é um processo em marcha, por isso, passível de ressignificações a partir da sua apropriação na prática. Para a compreensão deste processo é preciso analisar as especificidades estruturais e conjunturas da sociedade brasileira. A reflexão é feita a partir da análise da realidade, quer dizer, dos conflitos territoriais vigentes, para não absorvermos acriticamente conceitos oriundos de uma epistemologia eurocentrada. Por isso, quando pensarmos na luta pelo direito à cidade no Brasil é preciso uma análise do processo de espoliação de trabalhadoras e trabalhadores, bem como dos conflitos territoriais existentes.

Para uma análise dialética, é necessário compreendermos que a disputa por outra sociedade, o direito à cidade, não acontece de forma estática em determinada região, mas em

diversos territórios do Rio de Janeiro e do Brasil. Se a cidade explodiu e implodiu por conta do capital, os conflitos também. Em relação ao Rio de Janeiro, no início do século XX o centro era a região mais valorizada, o que levou o Estado a atuar para expulsar trabalhadoras e trabalhadores. Na década de 1960 e 1970, a zona sul, Tijuca e Meier foram os novos alvos da ação do Estado coadunada ao capital. Neste processo histórico, uma nova etapa se iniciou nos anos 2000, com a ação do Estado voltada para a região da Baixada de Jacarepaguá, região de expansão do capital.

Nesse contexto, na região das Vargens no Rio de Janeiro, a Rede CAUR e a luta pela visibilização da agricultura urbana vem apresentando importante papel nas lutas urbanas, fomentando novas práticas de (re) produção da vida. Apesar das contradições internas, há a constante reavaliação das práticas com o intuito de continuar com o processo em marcha da luta pelo direito à cidade, quer dizer, por uma nova sociedade. Em uma das frentes da Rede CAUR, inclusive, pela sobrevivência da agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro está a luta contra a produção imobiliária em expansão.

A luta da Rede CAUR contra a produção imobiliária na região é a luta contra o capital, pois o espaço torna-se essencial para postergar a crise de sobreacumulação. Entretanto, ao passo em que o espaço possibilita a reprodução do capital, ele também é um entrave porque é ali que as lutas de classe ocorrem. Nessa perspectiva, a ausência de políticas públicas e/ou os obstáculos à agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro é ensejada pelo capital. E para conquistar as políticas públicas específicas para a agricultura urbana ainda há um longo caminho de lutas.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Mauricio. Pensando a cidade no Brasil no passado. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 145-184.

ALTINO, Lucas. Depois do Porto, prefeitura quer fazer a "Vargens Maravilha". O GLOBO. Out. 2017.

ARTICULAÇÃO POPULAR VARGEM. Insumos do Curso de Formação Planejadores Populares das Vargens para o Plano Popular das Vargens. 2017.

BARATA, Paulo Henrique Araújo. **A produção de (re)construção do bairro Campo Grande, Rio de Janeiro: uma análise das transformações socioespaciais de 1946 a 2011**. "Khora: Revista Transdisciplinar 1.1. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 641**, de 26 de junho de 1852.

BRASIL. Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016.

BRITO, Lavínia de Carvalho. **PROFITO-Desafios e soluções de um caso de sucesso.** (2016).

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil.** Análise Social, vol. Xxix (127). 1994.

BRUM, Mario. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. **O Social em questão**, v. 29, p. 179-208, 2013.

CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira de. **Princípios e perspectivas da agroecologia.** Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011.

CARDEMAN, Rogerio Goldfeld. **A transformação da paisagem em área de expansão urbana: Planejamento em Vargem Grande no Rio de Janeiro.** Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

CHADE, J. **Em crise, Brasil vê número de milionários aumentar.** Estadão, São Paulo, 22 de nov. 2016.

CORAGGIO, J.L. **Da economia dos setores populares à economia do trabalho.** In Kraychete, G, Lara, F e Costa, B (orgs). Economia dos setores populares – Entre a realidade e a utopia. Petropolis, Editoras Vozes e Capina, 2000.

CORRÊA, Roberto. O espaço urbano. Ática, São Paulo, Brasil. 1993.

FERNANDES, Tatiana. Barra da Tijuca (RJ), Plano piloto, legislação e realidade: o processo de urbanização, ocupação e suas consequências ambientais. **Revista Vitas–Visões transdisciplinares sobre ambiente e sociedade, Ano III**, n. 6, 2013.

FONSECA, Priscilla Rodrigues. **As contradições entre centralidade e mobilidade na periferia do Rio de Janeiro: o caso do bairro de Campo Grande.** Chão Urbano (Online)1 (2013): 1-20.

FRIDMAN, Fânia. Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999

GAWRYSZEWSKI, Bruno. Cidade Maravilhosa.... Para o capital: a produção do espaço urbano e os megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. 2017

GRISE, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, Catia, SCHNEIDER, Sergio (Orgs). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 19-50.

IETS, **Centralidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.** 2016

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Ed. Documentos, 1996 [1969].

LENIN, Vladimir. Sobre a cooperação, In: Obras escolhidas. Ed. Alfa-Omega. 1980, pp. 657-662

MAGALHÃES, Alexandre. O " legado " dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, v. 19, n. 40, p. 89-118, 2013.

MARINS et al. Implantação de Sistemas Agroflorestais em Modelo Socioprodutivo Agroecológico de Plantas Medicinais realizada por agricultores familiares do Maciço da Pedra Branca, Rio de Janeiro/RJ. Revista Guará, n. 2, 2014.

MASELLI, Morgana. Conflitos e Resistências na agricultura familiar da cidade do Rio de Janeiro. *Agriculturas*. v.12. jun.2015.

MONTEIRO, João Carlos. Habitação de interesse social em cenários de revalorização urbana: considerações a partir da experiência carioca. *Cadernos MetrÓpole*, v.17, n.34, p.441-459, nov.2015.

MONTESANO, Berna. **A Rede de Agricultura Urbano: história e atualidade**. Rio de Janeiro, 2017. Entrevista da presidente da CAU à Caren Freitas.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Funarte, 1983

NOZAKI, Hajime. A produção em Marx e a utilização do método materialista dialético para a sua análise. *Trabalho necessário*, ano 6, número 6. 2008.

PRADO, A. P.; MATTOS, C.; FERNANDEZ, C. F.A Construção de modos de vida sustentáveis em torno da agricultura na cidade do Rio de Janeiro: agricultores do Maciço da Pedra Branca. 2012. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. UFRRJ.

QUEIROZ, Luis e LAGO, Luciana. A Oposição Favela-Bairro no Espaço Socialdo Rio de Janeiro. *São Paulo em Perspectiva*, v. 1, n. 15, p.144-154. 2001.

REDE DE AGRICULTURA URBANA. **Nossa Sociobiodiversidade e o Bem Carioca**. 2014. Disponível em: <https://aarj.wordpress.com/2014/12/14/carta-aberta-da-rede-carioca-de-agricultura-urbana/>

REDE DE AGRICULTURA URBANA. Nossos princípios. 2014. Disponível em: http://agriculturaurbana.org.br/UAalliance/folheto_rede_carioca.html

SCHNEIDER, Sérgio; AQUINO, Joacir Rufino. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições, e desafios para o futuro. In: GRISA, Catia, SCHNEIDER, Sergio (Orgs). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 53-81.

THOMPSON, E.P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. 2001.

TOURINHO, Andreia de Oliveira. Do Centro às Novas Centralidades: uma Trajetória de Permanências Terminológicas e Rupturas Conceituais. In: GITAHY, M. L. C.; LIRA, J. T. C de (Orgs.). **Cidades: Impasses e Perspectivas**. Arquiteses Vol. 2. São Paulo, FAUUSP/FUPAM/Annablume, 2007. p.11-28.

VEIGA, José Eli da. Mudanças na relações entre espaços rurais e urbanos. In: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v.3, n. 1, p 123-149, jan-abr/2007

VERSIANI, Flávio; SUZIGAN, Wilson. **O processo brasileiro de industrialização: uma visão geral.** In: X Congresso de História Econômica. 1990.